

Relatório Anual de Atividades 2017

Plano AMIB

Aceprev
Acesita Previdência Privada

Solidez e inovação.

Mostramos que mudanças são bem-vindas e que a gestão da Aceprev se mantém sólida. Segurança e inovação são a nossa marca.



aperam

Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA	3
1. A ENTIDADE - ORGANOGAMA	4
2. PARTICIPANTES	5
3. BENEFÍCIOS	6
4. CONTRIBUIÇÕES PARA A ENTIDADE	7
5. PATRIMÔNIO	8
6. INVESTIMENTOS – RENTABILIDADE E RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	9
7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	15
8. INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	18
9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS, POR PLANO DE BENEFÍCIOS E PARECERES	21

Primeira etapa dos desafios de uma nova gestão

O ano de 2017 foi marcado por intensas discussões sobre alterações nas regras da Previdência Social. As incertezas para o futuro, até agora, só reforçam a importância do planejamento para a garantia de uma aposentadoria tranquila. Diante deste cenário, a previdência privada complementar se faz mais necessária do que nunca.

A Aceprev, ao longo dos anos, tem-se mostrado uma opção confiável, segura e transparente, possuindo uma estrutura de profissionais qualificados e adequados às exigências do segmento. Com uma Política de Investimentos eficiente e focada nos resultados, temos motivos para nos orgulhar dos números alcançados. Mesmo em um cenário de incertezas em relação aos rumos da economia brasileira, obtivemos resultados consistentes, reforçando o nosso compromisso de realizar uma gestão sólida, com visão estratégica de longo prazo, com credibilidade e segurança, consolidando a missão de garantir a tranquilidade e bem-estar dos Participantes.

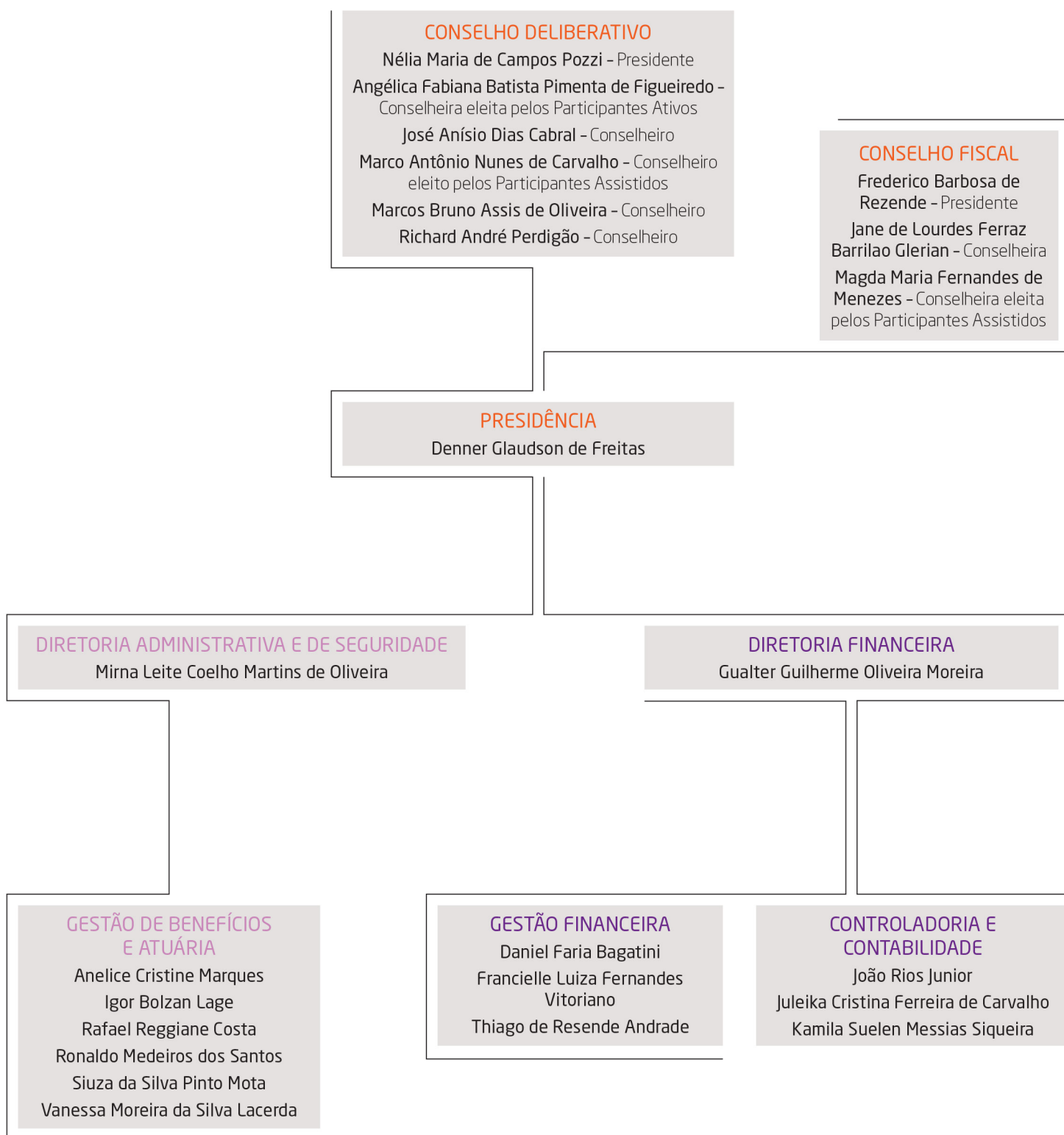
O Plano AMIB apresentou um retorno de 9,01% a.a., o que corresponde a 126% do benchmark (INPC+5% a.a.), sendo na Reserva Cromo, o resultado acumulado de 8,70% a.a., e na Reserva Níquel, o resultado acumulado foi de 9,20% a.a. Quanto à rentabilidade acumulada do PBA no ano, computamos 9,78 % a.a. de valorização, o que corresponde a 136% do benchmark (INPC+5% a.a.).

É importante ressaltar o nosso empenho na implementação de novos projetos que visam a melhoria dos processos internos e a redução de custos como a reestruturação e modernização da nossa infraestrutura de TI, na qual estamos buscando as melhores alternativas de tecnologia com o apoio da equipe de TI da Aperam; aprovamos junto ao Conselho Deliberativo o segmento de empréstimos consignados, proporcionando uma alternativa com taxas mais justas comparada a outros empréstimos convencionais; firmamos com o Banco Santander uma Parceria Comercial tornando-se o Banco responsável pela folha de pagamento dos Assistidos, assegurando a isenção de tarifas e outras vantagens adicionais para os Assistidos e para a Entidade; reformulação do nosso site que deixou a nossa página mais simples, interativa e com mais mobilidade; implementação de um Canal de Denúncias, objetivando manter a transparência às atividades da Entidade, além das novas instalações do Escritório de Timóteo, oferecendo mais conforto e espaço para atendimento aos Participantes.

Por fim, a Diretoria da Aceprev, gostaria de agradecer aos nossos Empregados pela incansável dedicação, aos nossos Prestadores de Serviços pelo empenho e profissionalismo, aos nossos Participantes pela confiança, aos membros do Conselho Deliberativo pela colaboração e dedicação e aos membros do Conselho Fiscal pela atuação no acompanhamento e monitoramento da Entidade, contribuindo sobremaneira para o aperfeiçoamento dos controles.

Diante disso, apresentamos neste relatório, a situação patrimonial, atuarial e de investimentos da Entidade, reafirmando o nosso compromisso de transparência na comunicação, perante os nossos Participantes e Patrocinadores.

1. A ENTIDADE - ORGANOGRAMA



2. PARTICIPANTES

O Plano AMIB encerrou o exercício de 2017 com 4.199 Participantes, dentre os quais 1.458 Assistidos. A distribuição dos Participantes, comparada ao exercício anterior, pode ser verificada no quadro abaixo:

Participantes	31/12/17	31/12/16
Ativos	2.741	2.722
Empregados	2.568	2.525
Vinculados	76	76
Autopatrocinados (Ex-Empregados)	97	121
Assistidos	1.458	1.406
Aposentadoria	1.076	1.035
Incapacidade (Invalidez)	198	203
Pensão Por Morte	88	85
Benefício Proporcional Diferido	96	83
Total Geral	4.199	4.128

GRÁFICO DE PARTICIPANTES ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA

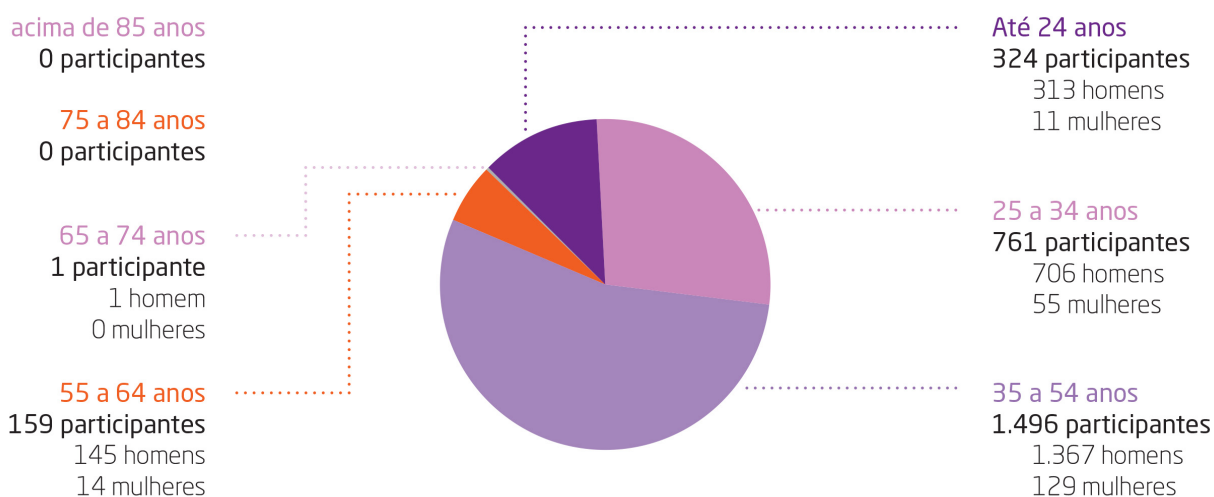
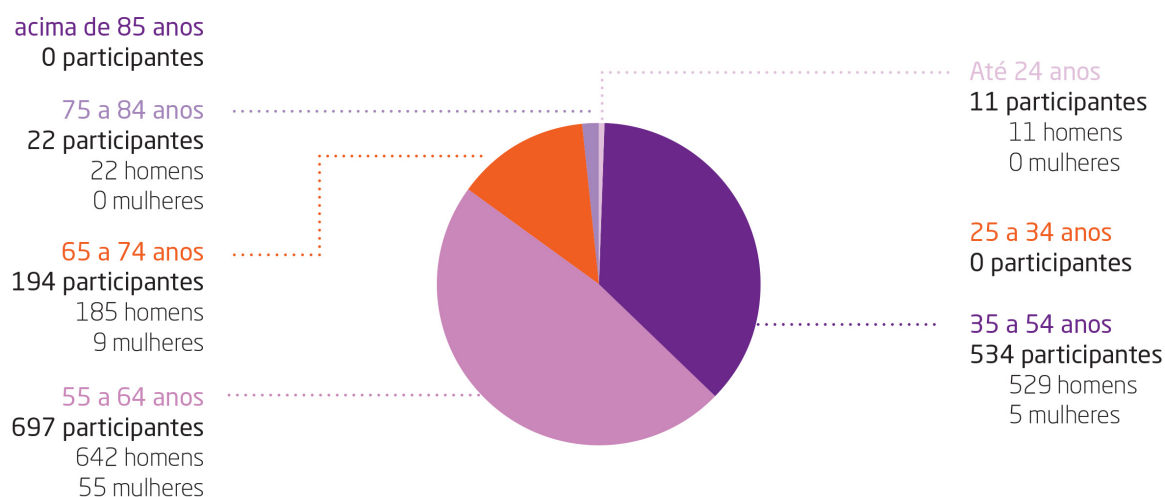


GRÁFICO DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR FAIXA ETÁRIA



3. BENEFÍCIOS

Todos os Benefícios listados abaixo são oferecidos aos Participantes admitidos no plano até 04/09/2011. Para os Participantes admitidos no Plano a partir de 05/09/2011 e os migrados, também são oferecidos os benefícios abaixo, exceto as Aposentadorias na modalidade de recebimento vitalício e os Benefícios de Risco*.

Aposentadorias:

- Aposentadoria Normal
- Aposentadoria Antecipada
- Aposentadoria Especial
- Benefício Adicional

Benefícios de Risco*:

- Auxílio Doença
- Incapacidade
- Pensão por Morte

Institutos Legais Obrigatórios:

- Resgate
- Benefício Proporcional Diferido (BPD)
- Portabilidade
- Autoprocínio

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES DE ESTATUTO E REGULAMENTO

A Portaria Previc Nº 83 de 02/02/2017, publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 28 de 08/02/2017 aprovou alteração no Estatuto da Entidade. Os Regulamentos dos Planos de Benefícios AMIB e Acesita administrados pela ACEPREV não sofreram alterações no exercício de 2017.

BENEFÍCIOS PAGOS

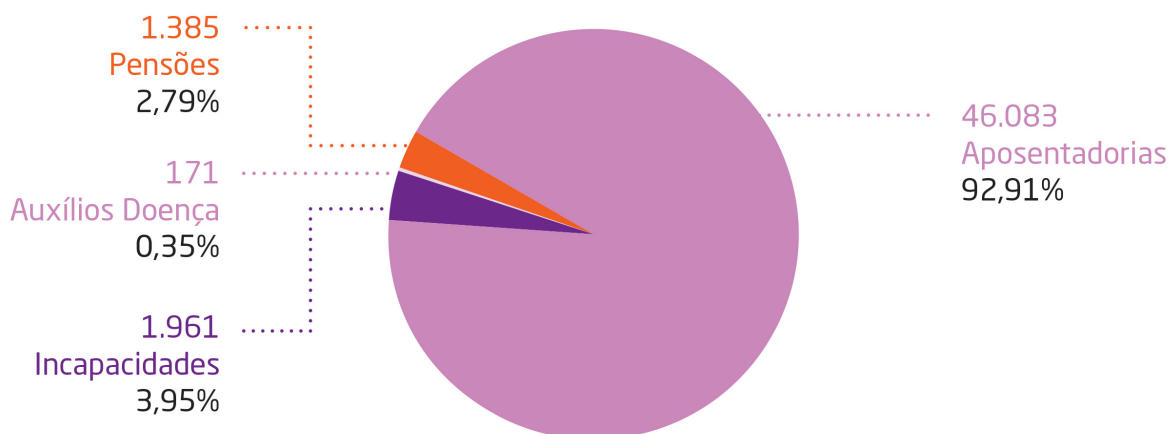
Tipo de Benefício	2016		2017		
	Quantidade de Benefícios Processados	R\$ Mil	Quantidade de Benefícios Processados	R\$ Mil	Pessoas Assistidas
Aposentadoria Normal	1.060	6.436	1.147	7.299	97
Aposentadoria Especial	1.579	4.441	1.641	4.706	137
Aposentadoria Antecipada	9.600	26.562	10.057	28.004	841
Pensão por Morte	1.030	1.355	1.066	1.385	91
Auxílio Doença**	136	201	125	171	13
Incapacidade (Invalidez)	2.559	1.785	2.558	1.961	387
Benefício Proporcional Diferido	906	2.684	1.085	3.255	96
Benefício Adicional*	3.142	2.492	3.345	2.819	278
Total de Benefícios Pagos	20.012	45.956	21.024	49.600	1.649

* Não soma com o total, pois duplicará o nº de participantes

** Participantes computados como ativos

OBS: os Participantes com Benefício Adicional já constam no número da Aposentadorias Normal, ou Antecipada e ou Especial.

GRÁFICO DE BENEFÍCIOS PAGOS EM 2017 (R\$ mil)



4. CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANO AMIB

Das contribuições efetuadas em 2017 para o Plano AMIB, as Patrocinadoras participaram com 39,42 %, enquanto os Participantes contribuíram com 60,58 % do montante recebido. Os valores das contribuições e seus respectivos percentuais em relação ao total das contribuições encontram-se no quadro abaixo.

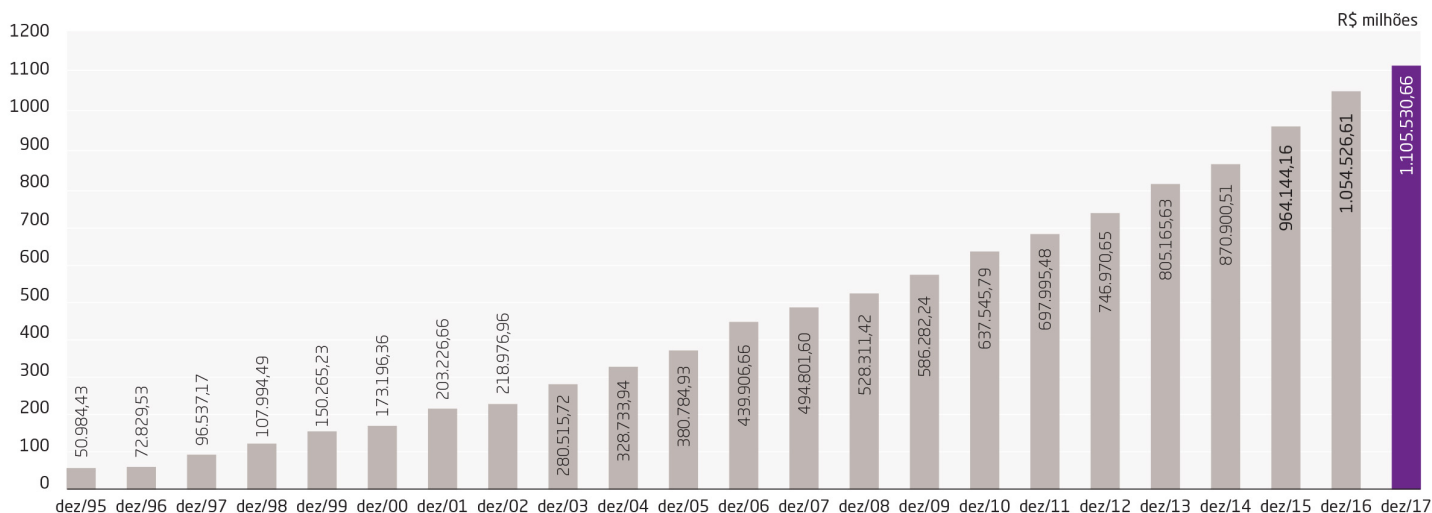
Contribuições	R\$ Mil	Percentual
Participantes	12.273	54,19
Básica	6.136	27,09
Voluntária / Especial	6.137	27,10
Autopatrocinados / Vinculados	1.369	6,04
Portabilidade	80	0,35
Patrocinadora	8.928	39,42
Normal	6.228	27,50
Cobertura das Despesas Administrativas	2.565	11,32
Auxílio Doença	135	0,60
Total	22.650	100,00%

As contribuições das Patrocinadoras do Plano (Aperam South América e Aceprev), são repassadas ao Plano mensalmente, dentro dos prazos preestabelecidos. Informamos que não existe inadimplência de contribuições das Patrocinadoras com o Plano e nem contrato de dívida com as mesmas.

5. PATRIMÔNIO DO PLANO AMIB INVESTIDO

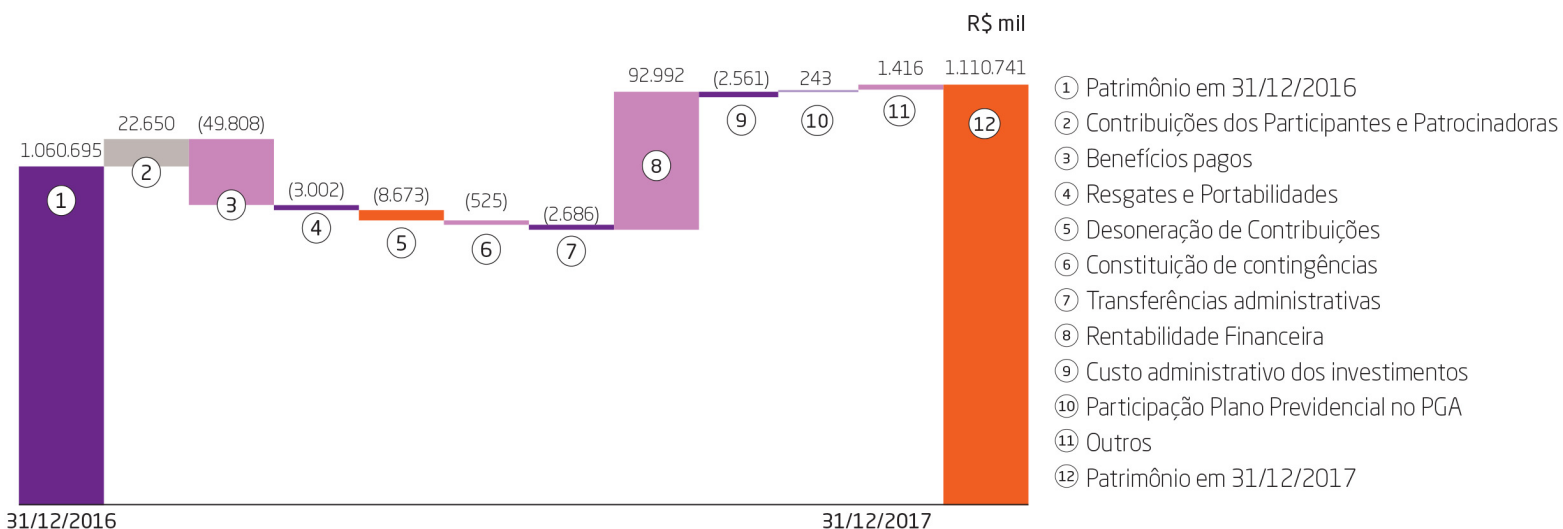
O Patrimônio do Plano AMIB, que representa os investimentos aplicados no mercado financeiro atingiu em dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.105.531 milhões. O quadro abaixo mostra a evolução do Patrimônio da Entidade:

INVESTIMENTO DA ENTIDADE



ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO TOTAL

A evolução do Patrimônio Total, representado pelos seus Ativos e pelo seu Exigível Operacional, Contingencial e Patrimônio Social, apresenta a seguinte evolução:



- ① Patrimônio em 31/12/2016
- ② Contribuições dos Participantes e Patrocinadoras
- ③ Benefícios pagos
- ④ Resgates e Portabilidades
- ⑤ Desoneração de Contribuições
- ⑥ Constituição de contingências
- ⑦ Transferências administrativas
- ⑧ Rentabilidade Financeira
- ⑨ Custo administrativo dos investimentos
- ⑩ Participação Plano Previdencial no PGA
- ⑪ Outros
- ⑫ Patrimônio em 31/12/2017

6. INVESTIMENTOS

RESUMO POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, RENTABILIDADE E RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE

O patrimônio da ACEPREV é distribuído entre fundos de investimentos e carteira própria. A Entidade possui um custodiante (Itaú Unibanco S.A.).

A gestão dos recursos pela Entidade é rigorosamente pautada pela Política de Investimentos, aprovada previamente pelo Conselho Deliberativo e dentro dos limites impostos pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN 3.792/2009 e posteriores).

A política de gestão dos investimentos tem como foco as alocações em ativos aderentes as necessidades dos Planos de Benefícios da Entidade, buscando sempre uma equação de Risco x Retorno adequada, para que os objetivos de rentabilidade sejam alcançados.

6.1- RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Plano de Benefícios AMIB

A) Reserva Cromo

Tipo De Aplicação	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal Máximo	Alocação Objetivo
Renda Fixa	92%	100%	100%	95%
Renda Variável	0%	0%	70%	0%
Investimentos Estruturados	0%	0%	20%	0%
Investimentos no Exterior	0%	0%	10%	0%
Imóveis	0%	8%	8%	5%
Operações com Participantes	0%	0%	15%	0%

b) Reserva Níquel

Tipo De Aplicação	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal Máximo	Alocação Objetivo
Renda Fixa	60%	100%	100%	80%
Renda Variável	0%	15%	70%	8%
Investimentos Estruturados	0%	12%	20%	8%
Investimentos no Exterior	0%	4%	10%	2%
Imóveis	0%	8%	8%	2%
Operações com Participantes	0%	0%	15%	0%

Plano de Gestão Administrativa - PGA

De acordo com o regulamento do Plano de Gestão Administrativa, PGA, o recurso é administrado através da alocação em fundo exclusivo ou aberto de renda fixa.

6.2- RENTABILIDADE

Plano de Benefícios AMIB

A rentabilidade do Plano AMIB, comparada a outros índices de referência, pode ser verificada na tabela abaixo.

Retorno	2017
Plano de Benefícios AMIB	9,01%
Reserva Níquel	9,20%
Reserva Cromo	8,70%
Índice de Referência (INPC+5% a.a.)	7,17%
CDI	9,93%
Ibovespa	26,86%

Em atendimento a Instrução PREVIC nº 5 de 01 de Novembro de 2013, Capítulo II, Art. 6º, na tabela abaixo verifica-se a Cota Bruta e Líquida do Plano de Benefício AMIB e PGA.

Retorno	2017	
	Renda Bruta	Renda Líquida
Plano de Benefícios AMIB	9,23%	9,01%
Renda Fixa	9,34%	9,09%
Renda Variável	12,54%	11,87%
Investimento Estruturados	5,82%	5,50%
Investimentos Exterior	2,73%	2,61%
Imóveis	4,92%	4,44%
Índice de Referência (INPC+5% a.a.)	7,17%	
CDI	9,93%	
Ibovespa	26,86%	

A Rentabilidade Líquida foi calculada com base nos valores da Contabilidade, sendo feita uma ponderação das alocações para se obter uma rentabilidade por segmento, conforme exigência legal.

Plano de Gestão Administrativa - PGA

Segmentos	2017
PGA	9,89%
CDI	9,93%

O PGA por não possuir despesas possui a rentabilidade bruta igual à rentabilidade líquida.

6.3- RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Composição por Segmento (R\$ mil)

TOTAL DOS RECURSOS GERIDOS PELA ACEPREV

Composição por Segmento	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Renda Fixa	1.083.362	92,32%	1.060.136	94,54%
Renda Variável	3.530	0,30%	9.227	0,82%
Investimentos Imobiliários	18.369	1,57%	18.880	1,69%
Investimentos Estruturados	57.995	4,94%	23.065	2,06%
Investimentos no Exterior	10.269	0,88%	0	0,00%
Total de Investimentos	1.173.485	100%	1.119.639	100%

PLANO DE BENEFÍCIOS AMIB

Composição por Segmento	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Renda Fixa	1.015.408	91,85%	1.003.354	95,15%
Renda Variável	3.530	0,32%	9.227	0,87%
Investimentos Imobiliários	18.369	1,66%	18.880	1,79%
Investimentos Estruturados	57.955	5,24%	23.065	2,19%
Investimentos no Exterior	10.269	0,93%	0	0,00%
Total de Investimentos	1.105.531	100%	1.054.526	100%

RESERVA NÍQUEL

Composição por Segmento	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Renda Fixa	611.367	88,62%	624.568	94,09%
Renda Variável	3.530	0,51%	9.227	1,39%
Investimentos Imobiliários	6.735	0,98%	6.969	1,05%
Investimentos Estruturados	57.955	8,40%	23.065	3,47%
Investimentos no Exterior	10.269	1,49%	0	0,00%
Total de Investimentos	689.856	100%	663.829	100%

RESERVA CROMO

Composição por Segmento	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Renda Fixa	404.041	97,20%	378.786	96,95%
Investimentos Imobiliários	11.634	2,80%	11.911	3,05%
Total de Investimentos	415.675	100%	390.697	100%

PLANO DE BENEFÍCIOS ACESITA - PBA

Composição por Segmento	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Renda Fixa	63.703	100%	61.366	100%
Total de Investimentos	63.703	100%	61.366	100%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Composição por Segmento	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Renda Fixa	4.251	100%	3.746	100%
Total de Investimentos	4.251	100%	3.746	100%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2017 - TOTAL ACEPREV

Gestor	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	75.435	26,27%	6,43%
Safra Capital Market	66.521	23,16%	5,67%
Itaú Institucional DI	46.177	16,08%	3,94%
Lacan Florestal	8.329	2,90%	0,71%
FIDC SANEAGO IV	8.088	2,82%	0,69%
BVEP Plaza	7.162	2,49%	0,61%
Verde Scena XP	6.062	2,11%	0,52%
Adam Macro Strategy	6.042	2,10%	0,51%
Bahia Maraú	5.765	2,01%	0,49%
Garde Dumas	5.452	1,90%	0,46%
SPX Nimitz	5.342	1,86%	0,46%
Western Macro Opps	4.707	1,64%	0,40%
P2 BRASIL	4.288	1,49%	0,37%
FIDC Ideal Invest S20	3.992	1,39%	0,34%
Lacan Florestal II	3.854	1,34%	0,33%
Modal Gaia CRI	3.605	1,26%	0,31%
BRZ Multi Recebíveis	3.595	1,25%	0,31%
FIDC Ideal Invest S18	3.013	1,05%	0,26%
FIDC Ideal Invest S17	3.011	1,05%	0,26%
SulAmérica Expertise II	2.610	0,91%	0,22%
Brasil Energia I	2.365	0,82%	0,20%
Schorders Liquid Alts	2.152	0,75%	0,18%
Templeton Global Total	2.088	0,73%	0,18%
Spectra LA Fof III	2.009	0,70%	0,17%
BTG Infraestrutura II	1.738	0,61%	0,15%
Votorantim AllianzGI Equity	1.322	0,46%	0,11%
Rio Bravo Renda Corporativa	937	0,33%	0,08%
SulAmérica Expertise	920	0,32%	0,08%
BTG Corporate Office	618	0,22%	0,05%
Total Gestão Terceirizada	287.198	100%	24,47%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2017 - PLANO DE BENEFÍCIOS AMIB

Gestor	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	74.321	27,15%	6,72%
Safra Capital Market	62.611	22,87%	5,66%
Itaú Institucional DI	41.014	14,98%	3,71%
Lacan Florestal	8.329	3,04%	0,75%
BVEP Plaza	7.162	2,62%	0,65%
FIDC SANEAGO IV	6.291	2,30%	0,57%
Verde Scena XP	6.062	2,21%	0,55%
Adam Macro Strategy	6.042	2,21%	0,55%
Bahia Maraú	5.765	2,11%	0,52%

continua>>

Garde Dumas	5.452	1,99%	0,49%
SPX Nimitz	5.342	1,95%	0,48%
Western Macro Opps	4.707	1,72%	0,43%
P2 BRASIL	4.288	1,57%	0,39%
Lacan Florestal II	3.854	1,41%	0,35%
Modal Gaia CRI	3.605	1,32%	0,33%
BRZ Multi Recebíveis	3.595	1,31%	0,33%
FIDC Ideal Invest S18	3.013	1,10%	0,27%
FIDC Ideal Invest S17	3.011	1,10%	0,27%
SulAmérica Expertise II	2.610	0,95%	0,24%
FIDC Ideal Invest S20	2.509	0,92%	0,23%
Brasil Energia I	2.365	0,86%	0,21%
Schorders Liquid Alts	2.152	0,79%	0,19%
Templeton Global Total	2.088	0,76%	0,19%
Spectra LA Fof III	2.009	0,73%	0,18%
BTG Infraestrutura II	1.738	0,63%	0,16%
Votorantim AllianzGI Equity	1.322	0,48%	0,12%
Rio Bravo Renda Corporativa	937	0,34%	0,08%
SulAmérica Expertise	920	0,34%	0,08%
BTG Corporate Office	618	0,23%	0,06%
Total Gestão Terceirizada	273.732	100%	24,76%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2017 - RESERVA NÍQUEL

Gestor	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	55.357	25,15%	8,02%
Safra Capital Market	46.945	21,33%	6,81%
Itaú Institucional DI	25.078	11,39%	3,64%
Lacan Florestal	8.329	3,78%	1,21%
BVEP Plaza	7.162	3,25%	1,04%
Verde Scena XP	6.062	2,75%	0,88%
Adam Macro Strategy	6.042	2,74%	0,88%
Bahia Maraú	5.765	2,62%	0,84%
Garde Dumas	5.452	2,48%	0,79%
SPX Nimitz	5.342	2,43%	0,77%
Western Macro Opps	4.707	2,14%	0,68%
FIDC SANEAGO IV	4.493	2,04%	0,65%
P2 BRASIL	4.288	1,95%	0,62%
Lacan Florestal II	3.854	1,75%	0,56%
Modal Gaia CRI	3.605	1,64%	0,52%
BRZ Multi Recebíveis	3.595	1,63%	0,52%
FIDC Ideal Invest S18	3.013	1,37%	0,44%
FIDC Ideal Invest S17	3.011	1,37%	0,44%
SulAmérica Expertise II	2.610	1,19%	0,38%
Brasil Energia I	2.365	1,07%	0,34%
Schorders Liquid Alts	2.152	0,98%	0,31%

continua >>

Templeton Global Total	2.088	0,95%	0,30%
Spectra LA Fof III	2.009	0,91%	0,29%
BTG Infraestrutura II	1.738	0,79%	0,25%
Votorantim AllianzGI Equity	1.322	0,60%	0,19%
FIDC Ideal Invest S20	1.255	0,57%	0,18%
Rio Bravo Renda Corporativa	937	0,43%	0,14%
SulAmérica Expertise	920	0,42%	0,13%
BTG Corporate Office	618	0,28%	0,09%
Total Gestão Terceirizada	220.113	100%	31,91%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2017 - RESERVA CROMO

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	18.964	35,37%	4,56%
Itaú Institucional DI	15.936	29,72%	3,83%
Safra Capital Market	15.666	29,22%	3,37%
FIDC SANEAGO IV	1.797	3,35%	0,43%
FIDC Ideal Invest S20	1.255	2,34%	0,30%
Total Gestão Terceirizada	53.618	100%	12,90%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2017 PLANO DE BENEFÍCIOS ACESITA - PBA

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Safra Capital Market	3.909	42,42%	6,14%
FIDC SANEAGO IV	1.797	19,50%	2,82%
FIDC Ideal Invest S20	1.483	16,09%	2,33%
BNP Match	1.114	12,08%	1,75%
Itaú Institucional DI	912	9,90%	1,43%
Total Gestão Terceirizada	9.215	100%	14,47%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2017 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Itaú Institucional DI	4.251	100,00%	100,00%
Total Gestão Terceirizada	4.251	100%	100,00%

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com a Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, que alterou a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do Plano de benefícios previdencial.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos), deduzidas das despesas comuns e específicas da Gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo do PGA é formado pela seguinte movimentação:

- **Receitas:** Alocadas diretamente nos Planos, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Comuns e Específicas:** Alocadas diretamente nos Planos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da ACEPREV, e estão em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, datada de 31 de outubro de 2011.

O fluxo da Gestão Administrativa pode ser assim demonstrado:

	2017	2016
(+) Receitas administrativas	6.139.938,96	5.573.999,35
(-) Despesas administrativas	(6.231.490,20)	(5.890.141,88)
(+) Rentabilidade do fundo administrativo	334.754,74	466.805,48
(+) Constituição Fundo / (-) reversão fundo	243.203,50	150.662,95

As despesas Administrativas se subdividem em:

	2017	2016	% sobre as receitas previdenciárias	
			2017	2016
Gestão Previdencial	3.657.486,70	3.403.276,50	16,15	13,74
Gestão dos investimentos	2.574.003,50	2.486.865,38	11,36	10,04

Os critérios adotados pela ACEPREV para a segregação das despesas administrativas do plano de gestão administrativa foram os seguintes:

Gestão Previdencial - Os custos administrativos alocados a essa Gestão representam os gastos operacionais da Entidade, apropriados nas contas de resultado dos Planos Amib e Acesita em conformidade com critérios de rateio aprovados pelo Conselho Deliberativo e a cobertura dos mesmos é custeada por contribuição específica originada das Patrocinadoras Aperam Inox América do Sul S.A. com Aceprev para o Plano Amib e Aperam Bioenergia Ltda com Aperam Inox América do Sul S.A. para o Plano Acesita tudo conforme determinação do atuário do plano - Mercer, detalhado no DA - Demonstrativo das Avaliações Atuariais, bem como dos Autopatrocínados e Vinculados.

Gestão de Investimentos - Os custos administrativos alocados nessa Gestão representam os gastos operacionais da Entidade, apropriados nas contas de resultado dos Planos Amib e Acesita em conformidade com critérios de rateio aprovados pelo Conselho Deliberativo, e são totalmente custeados pela rentabilidade dos investimentos, conforme o Regulamento da Entidade.

O critério de rateio utilizado na contabilização dos gastos administrativos entre os planos de benefícios previdenciais AMIB (ArcelorMittal Inox Brasil) e PBA (Plano de Benefícios Acesita), levou em consideração a proporção apurada dos Recursos Garantidores de cada plano (RGPB) em 2015, o que resultou em 94% para o Plano AMIB e 6% para o PBA. Esta proporção foi analisada e mantida para o exercício de 2017.

Para a apropriação das despesas administrativas específicas aos Planos AMIB e Acesita, gestões Financeira e Previdencial, foi elaborado um demonstrativo discriminando as mesmas.

Os critérios estão formalizados no Parecer DI 04/2015 de 21/09/2015, aprovado na 200ª reunião do Conselho Deliberativo da Aceprev de 25/09/2015.

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVA POR PLANO - DPGA EXERCÍCIO 2017-2016

Apresentamos abaixo o demonstrativo das despesas administrativas dos Planos AMIB e Acesita (PBA) controlados no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Descrição	AMIB		PBA		CONSOLIDADO
	2017	2016	2017	2016	2017
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.599.688,76	3.449.025,81	10.016,26	3.164,28	3.609.705,02
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.474.693,70	6.040.804,83	722.903,45	484.990,94	7.197.597,15
1.1. Receitas	6.474.693,70	6.040.804,83	722.903,45	484.990,94	7.197.597,15
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.685.807,72	3.083.801,19	326.361,17	300.936,89	3.012.168,89
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.561.206,30	2.486.855,02	186.059,28	180.277,97	2.747.265,58
Diretas - Parcerias Comerciais	867.746,41	0,00	208.283,42	0,00	1.076.029,83
Resultado Positivo dos Investimentos	334.754,74	466.805,48	597,93	3.161,16	335.352,67
Outras Receitas	25.178,53	3.343,14	1.601,65	614,92	26.780,18
2. Despesas Administrativas	6.231.490,20	5.890.141,88	533.175,44	478.138,96	6.764.665,64
2.1. Administração Previdencial	3.657.486,70	3.403.276,50	346.299,32	297.860,33	4.003.786,02
2.1.1 Despesas Comuns	2.744.806,14	2.509.343,28	190.384,38	171.702,48	2.874.077,79
Pessoal e encargos	1.694.390,56	1.549.915,46	108.157,41	94.552,31	1.802.547,97
Treinamentos/congressos e seminários	57.442,46	23.271,96	3.670,27	1.485,45	61.112,73
Viagens e estadias	38.963,86	57.432,33	2.487,16	3.714,43	41.451,02
Serviços de terceiros	716.960,01	650.455,34	60.717,06	57.251,55	777.677,07
Despesas gerais	215.671,66	228.268,19	13.988,02	14.698,74	229.659,68
Depreciações e amortizações	21.377,59	0,00	1.364,46	0,00	22.742,05
2.1.2 Despesas Específicas	912.680,56	893.933,22	155.914,94	126.157,85	1.068.595,50
Pessoal e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Treinamentos/congressos e seminários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Viagens e estadias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de terceiros	674.635,92	660.770,05	127.022,08	107.643,39	801.658,00
Despesas gerais	2.542,42	3.042,52	431,18	234,43	2.973,60
Depreciações e amortizações	0,00	40.283,48	0,00	2.571,29	0,00
Tributos	235.502,22	189.837,17	28.461,68	15.708,74	263.963,90

continua >>

2.2. Administração dos Investimentos	2.574.003,50	2.486.865,38	186.876,12	180.278,63	2.760.879,62
2.2.1 Despesas Comuns	2.338.264,66	2.098.395,18	154.004,09	139.015,27	2.385.728,47
Pessoal e encargos	1.574.716,74	1.540.406,82	100.508,74	98.291,79	1.675.225,48
Treinamentos/congressos e seminários	59.786,99	24.221,82	3.812,48	1.546,08	63.599,47
Viagens e estadias	40.365,32	59.434,93	2.575,49	3.751,17	42.940,81
Serviços de terceiros	511.922,98	308.635,91	37.452,77	24.720,28	549.375,75
Despesas gerais	149.314,41	165.695,70	9.523,40	10.705,95	158.837,81
Depreciações e amortizações	2.158,22	0,00	131,21	0,00	2.289,43
2.2.2 Despesas Específicas	235.738,84	388.470,20	32.872,03	41.263,36	268.610,87
Pessoal e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Viagens e estadias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de terceiros	48.253,62	212.962,07	21.824,41	30.382,15	70.078,03
Despesas gerais	1.841,05	2.200,10	274,47	145,05	2.115,52
Depreciações e amortizações	0,00	2.241,90	0,00	143,10	0,00
Tributos	185.644,17	171.066,13	10.773,15	10.593,06	196.417,32
3. (+) Sobra / (-) Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	243.203,50	150.662,95	189.728,01	6.851,98	432.931,51
4. (+) Constituição / (-) Reversão do Fundo Administrativo (3)	243.203,50	150.662,95	189.728,01	6.851,98	432.931,51
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	3.842.892,26	3.599.688,76	199.744,27	10.016,26	4.042.636,53

Comentários sobre os critérios de pagamento de remuneração variável da Entidade:

- A Aceprev acompanha o acordo de participação nos lucros e resultados 2017, celebrado entre a Comissão de Empregados da Aperam e a Patrocinadora Aperam.
- Aplica-se aos empregados da categoria administrativa, operacionais e técnicas nível médio e superior
- O pagamento da participação nos lucros e resultados está subordinado ao alcance de metas, algumas gerais, outras por equipes.
- Para os diretores, e empregados nível técnico superior especializado, o programa é firmado em metas gerais (empresariais) e em metas individuais, negociadas entre os empregados e o Conselho Deliberativo da Entidade.

8. INFORMAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retomo de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do Plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência associada aos Participantes Mantidos e Assistidos, em gozo de renda mensal vitalícia, uma vez que estes têm seus benefícios estruturados na modalidade de benefício definido.

Para os Participantes Migrados, Participantes admitidos após 05/09/2011, Assistidos e Beneficiários, em gozo de renda mensal financeira, o Plano não apresenta componentes de riscos atuariais, em função de se tratar de plano estruturado na modalidade de contribuição definida.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados pela Mercer e pela ACEPREV, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Acesita Previdência Privada - ACEPREV. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Acesita Previdência Privada - ACEPREV.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC Nº 18/2006 e alterações, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefícios AMIB encontram-se arquivadas na Entidade administradora do plano, à disposição dos Participantes, dos Assistidos, das Patrocinadoras e da PREVIC.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 2,42% a.a. para 2,39% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

A premissa de entrada em aposentadoria também foi alterada de Mercer Retirement para Experiência AMIB – 2011 a 2016 com o objetivo de ajustar a expectativa de entrada em aposentadoria ao comportamento observado na massa de participantes.

Informações sobre a aderência da taxa de juros

A adequação da taxa de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Entidade, de forma a identificar a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. As projeções foram feitas com base na carteira atual e as observações do atuário estão contidas no estudo arquivado na Entidade. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da ACEPREV aprovaram a manutenção da taxa real anual de juros de 5% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 5% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017 e corresponde àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Principais impactos sofridos pelo Plano

Comparativamente ao encerramento do exercício de 2016, posicionadas em 31 de dezembro de 2016, a variação nominal das Provisões Matemáticas foi de 4,13%. O aumento das Provisões Matemáticas deveu-se à movimentação já esperada (juros, inflação, contribuições e benefícios pagos), assim como pela alteração da premissa de entrada em aposentadoria, tendo sido este impacto suavizado pela redução da premissa de crescimento salarial.

Natureza do resultado do Plano

Na Avaliação Atuarial de 2017, observa-se que o Plano apresentou superávit, o qual foi resultante de causas conjunturais, uma vez que foi influenciado por fatores econômicos tal como o fato da rentabilidade ter superado a meta atuarial (INPC+5%a.a) em 1,72%.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano}) \times \text{Provisão Matemática}]$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 11,47 anos, apurada na avaliação atuarial de 31/12/2017. Dessa forma o limite, em 31 de dezembro de 2017, é de 21,47% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$ 69.101.097,96, que implicou na alocação deste valor em Reserva de Contingência e do excedente, no montante de R\$ 3.603.299,18, em Reserva Especial.

Da análise, verifica-se que o Superávit do Plano aumentou, passando de R\$ 60.423.835,17 em 31/12/2016, para R\$ 72.704.397,14, em 31/12/2017, representando variação de 20,32% positiva ou R\$ 12.280.561,97. A elevação do Superávit deveu-se principalmente, à superação da meta atuarial, sendo atenuado pela alteração das premissas atuariais. Ainda, a transferência de patrimônio entre o grupo Aceprev e Aperam, relativo aos participantes da Aperam que se encontram em cargos de dirigentes na Aceprev, impactou positivamente na elevação do Superávit apresentado.

Hipóteses Atuariais

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	2,39% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	98%
Fator de Capacidade para os salários	98%
Hipótese sobre rotatividade (3)	Mercer Service
Tábua de mortalidade geral (4)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos (5)	AT-2000 Basic agravada em 5 anos
Tábua de entrada em invalidez (4)	AT-2000
Outras hipóteses biométricas utilizadas (6)	Experiência AMIB - 2011 a 2016

(1) O indexador utilizado é o INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) A rotatividade, pela Mercer Service, varia de acordo com o tempo de serviço (TS): Mínimo $(0,75 / (TS + 1))$; 15%. A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

(4) Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo.

(5) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, agravada em 5 anos e segregada por sexo.

(6) Tábua por idade construída pela Mercer com base na experiência de entradas em aposentadoria, conforme informado pela Entidade, no Plano AMIB entre 2011 e 2016.

Informamos que, excetuada as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, (entrada em aposentadoria e crescimento salarial) as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Método Atuarial

Os benefícios de Aposentadoria Normal, Especial e Antecipada, Incapacidade e Pensão por Morte, de Participante Ativo, foram avaliados, prioritariamente, pelo método de "Capitalização Individual", sendo que o Benefício Mínimo e os benefícios garantidos foram avaliados pelo método "Agregado", enquanto que para o benefício de Auxílio Doença foi adotado o método de "Repartição Simples".

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2016.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios e o estudo técnico de aderência de hipóteses realizado.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS, NOTAS EXPLICATIVAS E PARECERES

Apresentamos abaixo, as demonstrações contábeis previstas no item 17 do anexo C da Resolução CNPC nº8 de 31/10/2011 bem como o balanço patrimonial e demonstração de resultados, elaboradas de modo simplificado para melhor entendimento dos Participantes tudo conforme determina a Resolução CGPC 28 de janeiro de 2009 e Resolução CGPC 5 de 30 de janeiro de 2002.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL

	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$)	
	31.12.17	31.12.16
ATIVO	1.110.740.548,96	1.060.694.780,61
DISPONÍVEL	88.790,27	151.755,67
CONTAS A RECEBER	5.121.101,84	6.016.417,22
APLICAÇÕES	1.105.530.656,85	1.054.526.607,72
Títulos Públicos	682.896.456,04	649.112.991,10
Créditos Privados e Depósitos	130.533.368,33	171.497.939,70
Fundos de Investimento	273.731.939,98	215.035.513,14
Investimento Imobiliário	18.368.892,50	18.880.163,78
PASSIVO	1.110.740.548,96	1.060.694.780,61
CONTAS A PAGAR	1.458.978,77	3.010.489,28
VALORES EM LITÍGIO	11.107.958,32	10.700.446,20
COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	945.736.569,89	907.974.348,95
FUNDOS	79.728.325,26	78.533.538,99
EQUILÍBRIO TÉCNICO	72.708.716,72	60.475.957,19
Resultados Realizados	72.708.716,72	60.475.957,19
Superávit Técnico Acumulado	72.708.716,72	60.475.957,19

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$)	
	31.12.17	31.12.16
(+) CONTRIBUIÇÕES	22.649.746,41	24.765.396,14
(-) BENEFÍCIOS / RESGATES	(61.483.738,52)	(58.101.443,64)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	92.991.575,48	126.993.696,19
(=) RECURSOS LIQUIDOS	54.157.583,37	93.657.648,69
DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(2.685.807,72)	(3.083.801,19)
FORMAÇÃO VALORES EM LITÍGIO	(525.275,89)	(1.889.955,39)
FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(37.762.220,94)	(85.108.208,05)
CONSTITUIÇÃO / UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(951.519,29)	3.311.859,01
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	12.232.759,53	6.887.543,07

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)		
	Exercício findo em		Varição
	31.12.17	31.12.16	%
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.043.384	954.700	9
1. Adições	115.641	151.759	(24)
(+) Contribuições	22.650	24.765	(9)
(+) Resultado Positivo dos Invest. - Gestão Previdencial	92.991	126.994	(27)
2. Destinações	(64.695)	(63.075)	3
(-) Benefícios	(61.484)	(58.101)	6
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(525)	(1.890)	(72)
(-) Custeio Administrativo	(2.686)	(3.084)	(13)
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	50.946	88.684	(43)
Varição anual :			
(+/-) Provisões Matemáticas	37.762	85.108	(56)
(+/-) Fundos Previdenciais	951	(3.312)	(129)
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	12.233	6.888	78
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.094.330	1.043.384	5
C) Fundos Não Previdenciais	3.843	3.600	7
(+/-) Fundos Administrativos	3.843	3.600	7

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Comentários sobre a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano :

Item 1 - Adições - Representa as entradas de recursos no Plano, ou seja, são os valores recebidos de patrocinadoras e participantes, cuja finalidade é o pagamento de benefícios de aposentadorias destes participantes, bem como a rentabilidade proporcionada pelos investimentos destes recursos no mercado financeiro.

Item 2 - Destinações - Refere-se, em grande parte, as saídas de recursos do Plano através de pagamentos de aposentadorias aos participantes aposentados.

Item 3 - Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido - Demonstra o aumento ou diminuição do montante dos recursos do Plano, ou seja, o Plano teve um incremento de R\$ 51 milhões no exercício de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)		Variação %
	Exercício findo em 31.12.17	31.12.16	
1. Ativos	1.110.740	1.060.695	5
Disponível	89	152	(41)
Recebível	5.121	6.016	(15)
Investimento	1.105.530	1.054.527	5
Títulos Públicos	682.896	649.113	5
Créditos Privados e Depósitos	130.533	171.498	(24)
Fundos de Investimento	273.732	215.036	27
Investimentos Imobiliários	18.369	18.880	(3)
2. Obrigações	12.567	13.710	(8)
Operacional	1.459	3.010	(52)
Contingencial	11.108	10.700	4
3. Fundos não Previdenciais	3.843	3.600	7
Fundos Administrativos	3.843	3.600	7
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.094.330	1.043.385	5
Provisões Matemáticas	945.736	907.975	4
Superávit Técnico	72.709	60.476	20
Fundos Previdenciais	75.885	74.934	1
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	72.709	60.476	20
b) (+/-)Ajuste de Precificação	23.327	24.758	(6)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	96.036	85.234	13

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Comentários sobre a Demonstração do Ativo Líquido do Plano :

Item 1 - Ativos - Investimentos: representam os montantes que a Entidade possui aplicados no mercado financeiro. A distribuição da alocação destes recursos está representada no quadro acima, detalhando os segmentos das aplicações dos mesmos.

Item 2 - Obrigações - representam os compromissos a pagar imediatos e futuros do Plano para com terceiros. Registra os valores de benefícios a pagar aos Participantes Assistidos do Plano e retenções da gestão previdencial, bem como registra as despesas a pagar relativas ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), decorrentes de fornecedores e encargos sobre salários, com vencimentos em janeiro/2018 e outras exigibilidades. Contingências representam as provisões para absorver perdas de ações ajuizadas contra a Aceprev, relativas às demandas contenciosas de natureza cível, com os prognósticos classificados pelos Assessores Jurídicos da Entidade como Perdas Prováveis.

Item 3 - O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os gastos excedentes ao custeio administrativo, relativos à manutenção da Estrutura Administrativa da Entidade, bem como os investimentos em Imobilizado. É constituído pelo resultado positivo encontrado na apuração das receitas e despesas do PGA.

Item 4 - Ativo Líquido - Representa o montante de recursos que o Plano possui para honrar com os compromissos do plano relativo às aposentadorias de seus Participantes.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.600	3.449	4
1. Custeio da Gestão Administrativa			
1.1. Receitas	6.474	6.041	7
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.686	3.084	(13)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.561	2.487	3
Resultado Positivo líquido dos Investimentos	335	467	(28)
Outras Receitas	892	3	29.633
2. Despesas Administrativas	6.231	5.890	6
2.1. Administração Previdencial	3.657	3.403	7
2.1.1 Despesas Comuns	2.744	2.509	9
Pessoal e encargos	1.694	1.550	9
Treinamentos/Congressos e Seminários	57	23	148
Viagens e Estadias	39	57	(32)
Serviços de Terceiros	717	651	10
Despesas Gerais	216	228	(5)
Depreciações e Amortizações	21	-	100
2.1.2 Despesas Específicas	913	894	2
Pessoal e encargos	-	-	-
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	-	-
Viagens e Estadias	-	-	-
Serviços de Terceiros	675	661	2
Despesas Gerais	3	3	0
Depreciações e Amortizações	-	40	(100)
Tributos	235	190	24
2.2. Administração dos Investimentos	2.574	2.487	3
2.2.1 Despesas Comuns	2.338	2.098	11
Pessoal e Encargos	1.575	1.540	2
Treinamentos/Congressos e Seminários	60	24	150
Viagens e Estadias	40	59	(32)
Serviços de Terceiros	512	309	66
Despesas Gerais	149	166	(10)
Depreciações e Amortizações	2	-	100
2.2.2 Despesas Específicas	236	389	(39)
Pessoal e encargos	-	-	-
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	-	-
Viagens e Estadias	-	-	-
Serviços de Terceiros	48	213	(77)
Despesas Gerais	2	2	-
Depreciações e Amortizações	-	3	(100)
Tributos	186	171	9

3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	243	151	61
4. Constituição/ (Reversão) do Fundo Administrativo (3)	243	151	61
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	3.843	3.600	7

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)		Variação %
	Exercício findo em		
	31.12.17	31.12.16	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.106.897	1.057.094	5
1) Provisões Matemáticas	945.736	907.974	4
1.1. Benefícios Concedidos	514.105	480.127	7
Contribuição Definida	213.438	186.818	14
Benefício Definido	300.667	293.309	3
1.2. Benefício a Conceder	431.631	427.847	1
Contribuição Definida	410.430	403.328	2
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	163.007	160.731	1
Saldo de Contas - Parcela Participantes	247.423	242.597	2
Benefício Definido	21.201	24.519	(14)
2. Equilíbrio Técnico	72.709	60.476	20
2.1. Resultados Realizados	72.709	60.476	20
Superávit Técnico Acumulado	72.709	60.476	20
Reserva de Contingência	69.105	60.430	14
Reserva para revisão de plano	3.604	46	7.735
3. Fundos	75.885	74.934	1
3.1. Fundos Previdenciais	75.885	74.934	1
4. Exigível Operacional	1.459	3.010	(52)
4.1. Gestão Previdencial	1.218	2.797	(56)
4.2. Investimentos Gestão Previdencial	241	213	13
5. Exigível Contingencial	11.108	10.700	4
5.1. Gestão Previdencial	11.108	10.700	4

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2017 bem como as próprias Demonstrações Contábeis estão publicadas no site da Entidade, www.aceprev.com.br > [informações legais](#).

Parecer do Auditor Externo

O Relatório do Auditor Independente Fernando Motta & Associados apresenta em seu parecer a opinião de que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017, conforme podemos atestar no demonstrativo abaixo.

PAR-18/026A

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV

Belo Horizonte – MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV, que compreendem o balanço patrimonial (consolidado) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios AMIB e ACESITA, da mutação do patrimônio social (consolidada), da mutação do ativo líquido por plano de benefícios AMIB e ACESITA, do plano de gestão administrativa (consolidado) e por plano de benefícios AMIB e ACESITA e das provisões técnicas do Plano de Benefícios da AMIB e ACESITA do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfases

De acordo com as normas de auditoria independente, as demonstrações contábeis ora apresentadas comportam as seguintes ênfases de nossa parte, as quais, todavia, não constituem ressalva quanto às nossas conclusões, já consubstanciadas no tópico primeiro:

- a) No exercício de 2017, houve transferência de patrimônio entre o grupo patrocinado pela ACEPREV e o grupo patrocinado pela Aperam, referente aos participantes da Aperam Inox América do Sul S.A. que se encontram em cargos de dirigentes na Entidade. Essa matéria foi submetida ao Conselho Deliberativo em 14/12/2017, conforme Ata da 224ª Reunião. Na ocasião, os Conselheiros solicitaram maiores esclarecimentos e determinaram que o relatório com o resultado deste trabalho seja parte integrante do material de análise do Conselho Fiscal, ainda pendente, não sendo possível mensurar se essa manifestação terá reflexos nas presentes demonstrações contábeis.
- b) Em 13 de março de 2018, emitimos nosso relatório sobre as demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, enfatizando que as Demonstrações Atuariais do Plano de Benefícios AMIB e do Plano de Benefícios Acesita, na data-base de dezembro de 2017, nos haviam disponibilizadas somente em versão preliminar, situação que eventualmente poderia incorrer em retificação de nossa opinião sobre os valores constantes dos referidos documentos, após o recebimento da versão definitiva. Essa situação foi regularizada com a apresentação das referidas Demonstrações Atuariais protocoladas no site da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, conforme disposto na nota 15. Em face disso, o citado relatório fica substituído pelo presente.

4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Aceprev é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório Anual da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

5. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Aceprev continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Aceprev são os órgãos estatutários com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis.

6. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Aceprev;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Aceprev bem como da perenidade de seus planos. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e/ou a descontinuidade dos negócios da Entidade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2018.

Fernando Motta & Associados

Audidores Independentes

CRCMG – 757

Alessandra Nascimento da Silva Cadar

Contador CRCMG – 79.000

Ivo de Almeida Motta

Contador CRCMG – 38.018

Laudo de Certificação Atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Acesita Previdência Privada - ACEPREV

Suporte Técnico: Mariana Gouvêa Custódio MIBA/MTb 2.144

RT Atuarial: Paulo Josef Gouvêa da Gama MIBA/MTb nº 978

Diretor-Geral: João Roberto Rodarte CONRE nº 6928 5ª região

Conclusão: Registra-se que no exercício, houve transferência de patrimônio entre o grupo patrocinado pela ACEPREV e o grupo patrocinado pela Aperam, referente aos participantes da Aperam Inox América do Sul S.A. que se encontram em cargos de dirigentes na ACEPREV. Essa matéria foi submetida ao Conselho Deliberativo em 14/12/2017 conforme Ata da 224ª Reunião. Na ocasião os Conselheiros solicitaram maiores esclarecimentos e determinaram que o relatório com o resultado deste trabalho seja parte integrante do material de análise do Conselho Fiscal por ocasião do encerramento do exercício. Diante do exposto, admitindo-se como válidas as informações presentes no Parecer Atuarial de 2016 e 2017, após as verificações efetuadas, concluímos que as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e outros parâmetros, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no cálculo das provisões matemáticas do Plano de Benefícios da AMIB e do Plano de Benefícios Acesita, necessárias à cobertura dos compromissos, visando à preservação do nível de solvência dos planos, atendem à legislação e estão adequados, nos aspectos mais relevantes, aos benefícios para os quais são empregados. Essa é a nossa manifestação.

Belo Horizonte, 23 de março de 2018.

Rodarte Nogueira

Consultoria em Estatística e Atuária CIBA nº 070

Parecer do Conselho Fiscal Relativo ao Segundo Semestre de 2017

Os membros do Conselho Fiscal da Acesita Previdência Privada, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do art. 23 do Estatuto da Entidade, cumprindo os ditames da Resolução CGPC 13/2004 e da Resolução BACEN/CMN 3.792 de 24/09/2009, manifestam sobre os seguintes pontos de análise, relativos ao segundo semestre de 2017: (1) análise e avaliação da efetividade dos controles internos na mitigação dos riscos; (2) aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, incluindo a Gestão dos Riscos; (3) aderência às premissas e hipóteses atuariais utilizadas nos planos de benefícios; (4) adequação da execução orçamentária; (5) Demonstrações Contábeis de 31/12/2017; (6) certificação de Profissionais; (7) relatório de demandas judiciais; (8) eventos relevantes; (9) eventos subsequentes; (10) recomendações do Conselho Fiscal e (11) observações finais.

Destarte, nos exatos termos constantes da ata da 78ª reunião do Conselho Fiscal, datada de 14/03/2017, lavrada em forma de sumário e arquivada em livro próprio, bem como pelo que consta do Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal, também datado de 14/03/2017, o Conselho Fiscal deu seu parecer nos seguintes termos:

1. Análise e avaliação da efetividade dos controles internos na mitigação dos riscos. O Conselho Fiscal verificou a existência e acompanhamento de controles internos na mitigação dos riscos, conforme Plano de Ação da Entidade, parte integrante do Relatório da Administração. Foi recomendado à Diretoria da Entidade que a revisão da Matriz de Risco seja realizada a cada 2 anos, visando adequação ao cenário atual da Entidade, inclusive contemplando o empréstimo aos participantes iniciado em 2018, a implementação do módulo de RH iniciado em 2017 e a contínua evolução de melhoria da prática de gestão.

2. Aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, incluindo a Gestão dos Riscos. Nos termos do art. 19 da Resolução CGPC 13/2004, com base nos relatórios emitidos no segundo semestre de 2017 pela Diretoria Financeira, os Conselheiros Fiscais, por unanimidade, declaram ter avaliado e atestado a aderência da gestão de recursos da Entidade com a legislação em vigor e com a Política de Investimentos.

3. Aderência às premissas e hipóteses atuariais utilizadas nos planos de benefícios. Considerando que a Resolução CGPC 13/2004, nos termos do art. 19, I, determina que o Conselho Fiscal ateste a aderência das premissas e hipóteses atuariais, mas por outro lado, este Colegiado não tem como cumprir tais ditames, por lhe faltar aparato técnico, tomou por base o Estudo de Hipóteses e Premissas Atuariais dos Planos emitidos pela MERCER, datado de 14/02/2018 e nos seguintes pareceres atuariais: a) Parecer 046/18 retificado de 13/03/2018, Plano de Benefícios AMIB – Patrocinadora Aperam Inox América do Sul S/A; b) Parecer 045/18 de 26/02/2018 – Plano de Benefícios AMIB – Patrocinadora Acesita Previdência Privada – ACEPREV; c) Parecer 044/18 retificado II de 13/03/2018, também emitidos pela MERCER. Assim, o Conselho Fiscal atestou a aderência das hipóteses e premissas atuariais.

4. Adequação da Execução Orçamentária. Nos termos do art. 19, I, da Resolução CGPC 13/2004, o Conselho Fiscal atestou o cumprimento do Orçamento Geral do segundo semestre de 2017.

5. Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017. Nos termos do art. 23, alínea "a" do Estatuto da Entidade, os Conselheiros Fiscais examinaram as Demonstrações Financeiras da Entidade em 31/12/2017. Com base nos documentos examinados, os Conselheiros Fiscais aprovaram as mencionadas Demonstrações Contábeis, que traduzem em

todos os aspectos materiais, a situação patrimonial e financeira da Acesita Previdência Privada em 31 de dezembro de 2017 e o resultado de suas operações correspondente àquele exercício, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade. Ressalta-se aqui as ênfases dadas por eles, as quais não constituem ressalva: a) As Demonstrações Atuariais do Plano de Benefícios AMIB e do Plano de Benefícios Acesita, na data-base de dezembro de 2017, nos foram disponibilizadas somente em versão preliminar, situação que eventualmente poderá incorrer em retificação de nossa opinião sobre os valores constantes dos referidos documentos, após o recebimento da versão definitiva. b) No exercício de 2017, houve transferência de patrimônio entre o grupo patrocinado pela ACEPREV e o grupo patrocinado pela Aperam, referente aos participantes da Aperam Inox América do Sul S.A. que se encontram em cargos de dirigentes na Entidade. Essa matéria foi submetida ao Conselho Deliberativo em 14/12/2017, conforme Ata da 224ª Reunião. Na ocasião, os Conselheiros solicitaram maiores esclarecimentos e determinaram que o relatório com o resultado deste trabalho seja parte integrante do material de análise do Conselho Fiscal, ainda pendente, não sendo possível mensurar se essa manifestação terá reflexos nas presentes demonstrações contábeis.

6. Certificação de Profissionais. Nos termos do artigo 5º da Resolução CNPC nº 19, de 16 de abril de 2015, alterado pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015, a Entidade deveria ter a maioria dos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e a totalidade dos membros da Diretoria Executiva. Em razão disso, o Conselho entrevistou o Diretor Financeiro e o Contador da Entidade e confirmou, através de análise documental, as constatações já feitas no fechamento do 2º semestre de 2017, quais sejam: (i) que a totalidade dos membros da Diretoria Executiva já está certificada, bem como todos os empregados que trabalham na avaliação e aprovação de investimentos ou são responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, bem como os integrantes do Comitê de Investimentos; (ii) que a totalidade dos membros titulares do Conselho Deliberativo está certificada; que 1 membro suplente do Conselho Deliberativo está certificado e o outro que entrou em abril/2017 está em processo de certificação. 2 membros titulares do Conselho Fiscal são certificados e o outro que entrou em abril/2017 está em processo de certificação. Que o membro suplente do Conselho Fiscal está certificado.

7. Relatório de demandas judiciais. Conforme relatado na ata da 224ª reunião do Conselho Deliberativo do dia 14/12/2017, no item 2.3, a Diretora Administrativa e de Seguridade da Entidade narrou ao Conselho Deliberativo uma falha no acompanhamento pelo prestador de serviços responsável pela assessoria jurídica da Entidade de uma contingência judicial movida por pensionista. O Conselho Deliberativo solicitou a Entidade que seja verificado os gastos oriundos do fato relatado e o ressarcimento destes. Até o momento da visita deste Conselho, o cálculo do valor a ser ressarcido ainda não estava validado internamente pela Administração. Sendo assim, o Conselho Fiscal recomenda que a Administração da Entidade finalize os trâmites internos apresentando aos Conselhos os valores a serem ressarcidos a Entidade assim como recomenda que seja feita uma análise de capacidade técnica e estrutural do prestador de serviço para atendimento a Entidade, avaliando a possibilidade e necessidade de troca do mesmo.

8. Eventos Relevantes. 8.1. Reuniões do Comitê de Ética. Embora o Comitê de Ética não tenha recebido qualquer "denúncia ou pleito a ser discutido", o Conselho Fiscal atestou a realização de duas reuniões ordinárias, conforme previsto no artigo 3º do Regimento Interno deste comitê. Nas reuniões ocorridas em 01/06/2017 e 30/10/2017, conforme se depreende da análise de suas atas, é importante destacar a disponibilização, pela Diretoria Executiva da Entidade, de assessoria jurídica sempre que for necessário. Em conversa com a Diretora Administrativa e de Seguridade foi o Conselho informado que o canal de denúncia anônima foi disponibilizado no site da Entidade a partir de Janeiro de 2018, sendo o comitê treinado para utilização e funcionamento da ferramenta. Este Conselho ressaltou que entende que a implantação deste novo formato do canal de denúncias é louvável. 8.2. E-Financeira. Conforme consta na página 89 do Relatório de Administração, para exercício de 2017, o envio deve ser feito pela Entidade até o dia 29/06/2018, conforme artigo 2º da Instrução Normativa RFB n. 1.779 de 29/12/2017. Este prazo é válido tanto para as informações relativas ao primeiro quanto ao segundo semestre de 2017. 8.3. Revisão de Regulamentos dos Planos de Benefícios AMIB e Acesita. Conforme ata da 221ª reunião do Conselho Deliberativo, a consultoria atuarial PREVUE, foi contratada para revisão dos regulamentos dos planos de benefícios AMIB e ACESITA. Durante a visita deste Conselho este foi informado que encontram-se em andamento e a expectativa da Diretoria Executiva é que os dois regulamentos sejam alterados em 2018. 8.4. Resultado da Verificação Interna da base de dados da Avaliação Atuarial. Conforme ata da 224ª

reunião do Conselho Deliberativo, de 14/12/2017, item 2.2, este Conselho verificou o relatório preparado pela Diretoria Administrativa e de Seguridade onde constam o detalhamento das inconsistências encontradas durante análise comparativa da base de dados com controle patrimonial no sistema cardeal. Foi este conselho ainda informado que as ações de correção foram tomadas.

9. Eventos Subsequentes. Em conversa com a Diretoria Executiva da Entidade este Conselho foi informado que não há eventos subsequentes relevantes que não estejam citados neste Relatório.

10. Recomendações do Conselho Fiscal. As recomendações do Conselho Fiscal decorrentes da análise do Relatório da Administração referente ao segundo semestre de 2017 estão inseridas nos respectivos tópicos do Relatório de Controles Internos deste Conselho. As recomendações em fase de implementação, devidamente justificadas pela Diretoria da Entidade, fazem parte do Plano de Ação, constante do Relatório da Administração.

11. Observações finais. Sem prejuízo do acima exposto, o Conselho Fiscal pediu para constar o seguinte: a) que o Relatório de Controles Internos, assinado na presente data, faz parte integrante deste parecer, para todos os fins de direito, e nele constam todas as eventuais recomendações do Conselho Fiscal que não geram ressalvas na ata ou no parecer de aprovação dos resultados, sendo que os apontamentos sugerem melhorias para os controles internos e procedimentos adotados pela Entidade; b) que os Diretores (Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretora Administrativa e de Seguridade), a Analista Contábil e o Contador da Entidade compareceram à reunião, bem como deram todas as explicações requeridas; c) que o Conselho Fiscal recebeu os pareceres dos Auditores Independentes, não havendo ressalvas sobre o parecer das Demonstrações Financeiras (PAR-18/026), porém, havendo duas ênfases no tocante: i) As Demonstrações Atuariais do Plano de Benefícios AMIB e do Plano de Benefícios Acesita, na data-base de dezembro de 2017, nos foram disponibilizadas somente em versão preliminar, situação que eventualmente poderá incorrer em retificação de nossa opinião sobre os valores constantes dos referidos documentos, após o recebimento da versão definitiva, ii) A transferência de patrimônio entre o grupo patrocinado pela ACEPREV e o grupo patrocinado pela APERAM, referente aos participantes da Aperam Inox América do Sul S.A. que se encontram em cargos de dirigentes na Entidade.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente parecer que, depois de lido e aprovado, vai assinado pelos Conselheiros Fiscais da Entidade.

Belo Horizonte, 14 de março de 2018.

Frederico Barbosa de Rezende
Presidente do Conselho Fiscal

Magda Maria Fernandes de Menezes
Conselheira Fiscal

Jane de Lourdes Ferraz Barrilao Glerian
Conselheira Fiscal

Ao
Conselho Deliberativo da
ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA

Parecer Complementar do Conselho Fiscal Relativo ao Segundo Semestre de 2017

Os membros do Conselho Fiscal da Acesita Previdência Privada, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do art. 23 do Estatuto da Entidade, cumprindo os ditames da Resolução CGPC 13/2004 e da Resolução BACEN/CMN 3.792 de 24/09/2009, manifestam sobre os seguintes pontos de análise, relativos ao segundo semestre de 2017: (1) Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Destarte, nos exatos termos constantes da ata da 79ª reunião do Conselho Fiscal, datada de 23/03/2018, lavrada em forma de sumário e arquivada em livro próprio, o Conselho Fiscal deu seu parecer nos seguintes termos:

1. Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017. Nos termos do art. 23, alínea "a" do Estatuto da Entidade, os Conselheiros Fiscais examinaram as Demonstrações Contábeis da Entidade em 31/12/2017. Com base no parecer PAR-18-026A, emitido pelos auditores independentes da Fernando Motta na data de 23/03/2018, ou seja, posterior à data de 14/03/2018, data em que este Conselho se reuniu para análise das Demonstrações Contábeis de 31/12/2017, foi esclarecido que as Demonstrações Atuariais do Plano de Benefícios AMIB e do Plano de Benefícios Acesita foram protocoladas no site da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC encerrando portanto a ênfase em aberta, não gerando alteração nos dados apresentados anteriormente e encerrando as pendências relativas às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017 citadas no Parecer deste Conselho no item "5.a)" datado de 14 de março de 2018.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente parecer que, depois de lido e aprovado, vai assinado pelos Conselheiros Fiscais da Entidade.

Belo Horizonte, 23 de março de 2018.

Frederico Barbosa de Rezende
Presidente do Conselho Fiscal

Magda Maria Fernandes de Menezes
Conselheira Fiscal

Jane de Lourdes Ferraz Barrilao Glerian
Conselheira Fiscal

Recomendações do Conselho Fiscal

Relatório de Controles Internos 2º semestre de 2017

Durante o trabalho deste Conselho, verificamos que 5 ações ainda estão pendentes oriundas da revisão da Matriz de Risco realizada no segundo semestre de 2015 pela UNE – Consultoria Contábil e Empresarial LTDA. e das recomendações da PRÓAGIR – Consultoria e Auditoria Empresarial LTDA., além das ações inseridas pelas Diretorias Financeira e Administrativa e de Segurança. O Conselho recomenda o acompanhamento através do “Relatório Sumário JCMB” assim como a realização destas 5 recomendações ainda pendentes com prazo de realização para 2018, dando continuidade aos trabalhos de revisão do ambiente de controles internos da Entidade e dos riscos inerentes à sua atividade.

Parecer do Conselho Deliberativo da Acesita Previdência Privada

O Conselho Deliberativo da Acesita Previdência Privada, no uso de suas atribuições estatutárias examinou o Relatório de Desempenho, as Demonstrações Contábeis da Entidade incluindo, o Balanço Patrimonial - Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada, as Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, as Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, as Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada e por Plano de Benefícios, as Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como os Pareceres Atuariais de 26 de fevereiro de 2018 e 13 de març o de 2018.

Com base nos documentos examinados, nos pareceres dos Auditores Fernando Motta & Associados datados 13 e 23 de març o de 2018, nos pareceres do Atu rio Mercer Human Resource Consulting Ltda datados de 26 de fevereiro de 2018 e 13 de març o de 2018, e no Relatório de Controles Internos e Parecer do Conselho Fiscal da Acesita Previdência Privada, datados de 14.03.2018, no Parecer do Conselho Fiscal complementar datado de 23 de març o de 2018, os membros deste Conselho Deliberativo, em cumprimento ao disposto no inciso VII do artigo 14 do Estatuto da Entidade, aprovaram o relatório anual e prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Nos termos do Inciso III do artigo 14 do Estatuto, o Conselho Deliberativo, examinando ainda os documentos acima citados aprovou os cálculos atuariais e o custeio anual para os Planos de Benefícios da Entidade, tudo conforme consta dos Pareceres Atuariais da Mercer Human Resource Consulting Ltda. assinados em 26/02/2018 e 13/03/2018, ficando aprovadas as matérias ali contidas e de competência deste colegiado.

As deliberações e aprovações contidas no presente parecer constam lavradas da Ata 227ª reunião do Conselho Deliberativo, arquivada em livro próprio e ora ratificada.

Belo Horizonte, 26 de març o de 2018.

Nélia Maria de Campos Pozzi

Presidente do Conselho Deliberativo

Auditor Externo
Fernando Motta & Associados
(31) 3221-3500
alessandra@fmotta.com.br

Administrador Responsável
Gualter Guilherme Oliveira Moreira
(31) 3048-6252
gualter.moreira@aperam.com

BELO HORIZONTE

Av. Assis Chateaubriand, nº 264, 2º andar - CEP 30.150-100 - Belo Horizonte - MG

E-mail: inox.aceprev@aperam.com

Telefone: (31) 3048-6318 / 6317 - Fax: (31) 3048-6284

TIMÓTEO

Praça 1º de Maio, nº 9 - Centro - CEP 35.180-018 - Timóteo - MG

E-mail: inox.aceprevusina@aperam.com

Telefone: (31) 3849-7001 / 7408 - Fax: (31) 3849-7004